

# CONTRIBUIÇÕES DE CARL ROGERS PARA A PERSPECTIVA INTERSUBJETIVA EM PSICOTERAPIA

Carl Rogers' contributions to the intersubjective perspective in psychotherapy

Contribuciones de Carl Rogers a la perspectiva intersubjetiva en psicoterapia

LUCIA MARQUES STENZEL

**Resumo:** O objetivo deste estudo teórico é abordar as contribuições de Carl Rogers para a compreensão da intersubjetividade em psicoterapia e suas repercussões na pesquisa. Por meio da revisão de textos do próprio teórico, de interlocutores da Abordagem Centrada na Pessoa e da Fenomenologia contemporânea, busca-se demonstrar como Rogers tinha um especial interesse numa forma distinta de estar ciente do outro como uma experiência constitutivamente interdependente. A proposta inicia-se com uma breve introdução sobre as três perspectivas da experiência humana (primeira, segunda e terceira pessoa) para posteriormente aprofundar a perspectiva de segunda pessoa em Carl Rogers por meio da exploração de três eixos temáticos: o conceito de pessoa, a responsividade não-diretiva e a criação participativa de sentido. Demonstra-se que o autor tinha uma perspectiva conciliatória para a ciência psicológica colocando-se como um crítico da visão objetivista e vendo no conhecimento fenomenológico uma alternativa para superar o individualismo ontológico na psicoterapia.

**Palavras chave:** Abordagem Centrada na Pessoa; Psicoterapia; Intersubjetividade; Segunda Pessoa; Fenomenologia.

**Abstract:** The objective of this theoretical study is to approach Carl Rogers' contributions to the understanding of intersubjectivity in psychotherapy and its repercussions on research. Through the review of texts by the theorist himself, by interlocutors of the Person-Centered Approach and contemporary Phenomenology, we seek to demonstrate how Rogers had a special interest in a different way of being aware of the other as a constitutively interdependent experience. The proposal begins with a brief introduction on the three perspectives of human experience (first, second and third person) to later deepen the second person perspective in Carl Rogers through the exploration of three thematic axes: the concept of person, the non-directive responsiveness and participatory sense-making. It is demonstrated that the author had a conciliatory perspective for psychological science, placing himself as a critic of the objectivist view and seeing in phenomenological knowledge an alternative to overcome ontological individualism in psychotherapy.

**Keywords:** Person-Centered Approach; Psychotherapy; Intersubjectivity; Second Person; Phenomenology.

**Resumen:** El objetivo de este estudio teórico es abordar las contribuciones de Carl Rogers para comprender la intersubjetividad en psicoterapia y sus repercusiones en la investigación. A través de la revisión de textos del propio teórico, de interlocutores del Enfoque Centrado en la Persona y de la Fenomenología contemporánea, buscamos demostrar cómo Rogers tuvo un especial interés en una forma diferente de darse cuenta del otro como una experiencia constitutivamente interdependiente. La propuesta comienza con una breve introducción sobre las tres perspectivas de la experiencia humana (primera, segunda y tercera persona) para luego profundizar en la perspectiva de la segunda persona en Carl Rogers a través de la exploración de tres ejes temáticos: el concepto de persona, la receptividad no directiva y la construcción participativa de sentido. Se demuestra que el autor tenía una perspectiva conciliadora para la ciencia psicológica, colocándose como crítico de la visión objetivista y viendo en el conocimiento fenomenológico una alternativa para superar el individualismo ontológico en psicoterapia.

**Palabras-clave:** Enfoque Centrado en la Persona; Psicoterapia; intersubjetividad; Segunda persona; Fenomenología.

Na psicologia, há um debate extenso sobre como acessar adequadamente a natureza da experiência humana, seja pela perspectiva de primeira, segunda ou terceira pessoa (Gomes, 2022; Klinke & Fernandez, 2022; Mascolo & Kallio, 2020; Pienkos & Messas, 2018). Gomes (2022) argumenta que a psicologia abrange um vasto campo de manifestações impressivas e expressivas, que podem ser observáveis (perspectiva de terceira pessoa) ou obtidas através de autorrelatos (perspectiva de primeira pessoa). O autor enfatiza que extremismos científicos ou negativismos podem empobrecer tanto as perspectivas de terceira quanto de primeira pessoa, prejudicando a busca por uma visão integrada do campo psicológico. Segundo Gomes (2021), o esforço para compreender a “pessoa como um todo” e a tentativa histórica de explorar a “tríade experiência, consciência e comportamento” foram fundamentais para teóricos importantes da psicologia, como Wilhelm Wundt (1832-1920), e filósofos como Franz Brentano (1838-1917) e Edmund Husserl (1859-1938).

O interesse pela experiência humana na psicoterapia apresenta uma complexidade similar. Recentemente, mesmo na literatura mais tradicionalmente orientada para abordagens psicoterápicas mais técnicas (Norcross & Lambert, 2018; Parrow et al., 2019), tem-se observado um aumento na busca pela compreensão da intersubjetividade, do conhecimento compartilhado e da dialogicidade (Fuchs et al., 2019; Janusz & Peräkylä, 2020; Marková, 2017; Norcross & Lambert, 2018; Parrow et al., 2019). Mascolo e Kallio (2020) discutem a necessidade de desenvolver uma epistemologia intersubjetiva para a ciência psicológica, baseada em perspectivas fenomenológicas, construtivistas e sociolinguísticas - uma “fenomenologia do entre” que focaria no engajamento intersubjetivo como o principal eixo para compreender a experiência humana.

Por tradição, a fenomenologia é caracterizada como o estudo das estruturas da consciência como experimentadas do ponto de vista da primeira pessoa (Klinke & Fernandez, 2022). Entretanto, segundo Klinke e Fernandez (2022) muitos fenomenólogos, como Husserl (1859-1938), Heidegger (1889-1976) e Merleau-Ponty (1908-1961), fizeram afirmações sobre a experiência humana que não foram apoiadas exclusivamente por evidências auto-reflexivas de primeira pessoa. Segundo os autores, fenomenólogos da atualidade - principalmente aqueles ligados à pesquisa em psicopatologia e interessados em doenças complexas que envolvem alterações experienciais - vêm tentando ampliar o escopo da reflexão fenomenológica buscando alternativas empíricas que visam aliar as diferentes perspectivas da experiência humana (primeira, segunda e terceira pessoa).

A psicopatologia fenomenológica, desde Jaspers (1883-1969) tem sido fundamental para

a descrição, avaliação e análise da experiência subjetiva. Entretanto, como assinalam Fuchs et al. (2019), a fenomenologia não se restringe de forma alguma à descrição dos fenômenos; ao contrário, como uma abordagem que investiga os aspectos intersubjetivos da experiência, ela oferece uma base sólida para uma compreensão ampliada da prática psicoterapêutica. Para Fuchs e De Jaegher (2009) a abordagem fenomenológica assume uma perspectiva imersiva, partindo de uma visão de primeira e segunda pessoa e descrevendo a experiência do engajamento mútuo em termos fenomenológicos. Segundo os autores, embora essas perspectivas possam parecer diferentes à primeira vista, elas se entrelaçam fortemente para fornecer uma explicação mais abrangente da experiência, combinando uma abordagem científica e experiencial da interação.

Na psicologia, especialmente no contexto da história da pesquisa e da prática psicoterápica, Carl Rogers (1902-1987) foi um dos pioneiros a se interessar pela pesquisa de segunda pessoa, que ele denominou de “conhecimento interpessoal e fenomenológico” (Rogers, 1963). A indicação de Carl Rogers como presidente da Associação Americana de Psicologia (APA) em 1947, marcou uma fusão histórica da ciência psicológica com a prática clínica e antecipou em meio século a atual ênfase dos estudos sobre os chamados “fatores inespecíficos” ou “fatores comuns em psicoterapia”, que se referem essencialmente ao engajamento terapêutico intersubjetivo (Elkins, 2019). Para Rogers, o processo psicoterápico deveria transcender o individualismo ontológico e a visão singular da experiência, adotando profundamente uma perspectiva intersubjetiva. Como veremos mais adiante, Schmid (2003) demonstra que foi Carl Rogers, através da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), quem colocou a relação intersubjetiva no cerne da prática e da pesquisa em psicoterapia. Ele oferece uma das bases para a perspectiva em segunda pessoa na psicoterapia, fornecendo amplo embasamento teórico e empírico para as pesquisas contemporâneas sobre processos terapêuticos e fatores relacionais baseados em evidências (Angus et al., 2015; Elkins, 2019; Norcross & Lambert, 2018; Parrow et al., 2019; Stenzel, 2021a).

Este estudo teórico visa discutir as contribuições de Carl Rogers (1902-1987) para a perspectiva de segunda pessoa em psicoterapia, ou seja, demonstrar como o autor propunha um olhar intersubjetivo para o processo psicoterápico e como sua fundamentação teórico-prática trouxe contribuições e repercussões importantes para a pesquisa em psicologia. Por meio da revisão de textos do próprio teórico, bem como de importantes interlocutores da ACP, como por exemplo, Peter Schmid (1950-2020), busca-se demonstrar como Rogers tinha um especial interesse na intersubjetividade e na geração e transformação de significados co-experenciados na relação terapêutica, dando especial ênfase à uma visão centrada-no-

outro. Para fundamentar a relação de Rogers com as recentes discussões sobre a dimensão intersubjetiva, busca-se abordar aspectos fenomenológicos no pensamento do autor estabelecendo conexões com teóricos contemporâneos da fenomenologia, como Dan Zahavi e principalmente, Thomas Fuchs, que desenvolvem importantes reflexões sobre a perspectiva de segunda pessoa na compreensão da consciência e da experiência experiencial-relacional.

A proposta do artigo inicia-se com uma breve introdução sobre as três perspectivas da experiência humana - primeira, segunda e terceira pessoa. Num segundo momento busca-se aprofundar a perspectiva de segunda pessoa na psicoterapia, para depois então adentrar na visão mais específica de Carl Rogers sobre a perspectiva intersubjetiva, participante e co-experenciada do encontro psicoterápico. Nesta última seção do texto, quando será demarcada a perspectiva fenomenológica de segunda pessoa em Carl Rogers e as repercussões metodológicas e de pesquisa de sua visão, são elencados três eixos temáticos que norteiam as reflexões do autor acerca da intersubjetividade: (1) o conceito de pessoa; (2) a responsividade não-diretiva; e (3) a criação participativa de sentido. Estes eixos foram trabalhados parcialmente em outro artigo (Stenzel & Gomes, 2023), porém neste estudo são desenvolvidas as relações entre os fundamentos teóricos da obra rogeriana e a relação com a perspectiva em segunda pessoa, que não foram abordados no estudo anterior. Para cada eixo temático são desenvolvidas as relações entre os fundamentos teóricos da obra rogeriana e a relação com a perspectiva em segunda pessoa. O último eixo, além de abordar esta relação, versa mais especificamente sobre as repercussões metodológicas e empíricas da obra rogeriana para a pesquisa em psicologia.

## As Diferentes Perspectivas de Compreensão da Experiência Humana

Os métodos que usamos para compreender a experiência psicológica não podem ser descolados de suas origens intersubjetivas, quer nossas investigações operem do ponto de vista de primeira, segunda ou terceira pessoa (Mascolo & Kallio, 2020). Cada uma dessas perspectivas, oferece uma forma peculiar de perceber e descrever a experiência e todas elas marcam a pesquisa em psicologia trazendo elementos importantes para o avanço da compreensão da experiência humana. Segundo Fuchs (2013) para cada uma dessas perspectivas (primeira, segunda ou terceira pessoa) podemos distinguir primeiramente um nível básico e implícito da experiência - que seria a consciência pré-reflexiva de si mesmo ou do outro - e em um nível secundário e explícito - a compreensão da perspectiva como tal.

A perspectiva de primeira pessoa (P1P) é aquela que se refere a uma perspectiva subjetiva

ou experiencial (Fuchs, 2013). A forma implícita ou primária da P1P corresponde à experiência pré-reflexiva básica, uma espécie de autoconsciência implícita. Já a P1P explícita refere-se a uma metaperspectiva de primeira pessoa, àquela em que tomamos consciência de nossa perspectiva subjetiva como tal, a chamada autorreflexão (Fuchs, 2013). Em geral, em termos de pesquisa, a investigação em P1P explícita toma como base as auto-descrições ou autorrelatos de uma pessoa (Gomes, 2022), que podem ser coletadas pelo pesquisador por meio de uma narrativa espontânea ou por uma entrevista aberta ou semi estruturada (Pienkos & Messas, 2018).

A perspectiva de segunda pessoa (P2P) se refere a uma perspectiva intersubjetiva, participante ou co-experenciada e se dá por meio de situações de interação recíproca que se caracterizam por alguma forma de relacionamento mútuo (Fuchs, 2013). Na sua forma implícita a P2P se caracteriza por uma interação corporificada ou uma autoconsciência pré-reflexiva do outro. Já na sua forma explícita a P2P se refere à consciência explícita da interação eu-outro ou uma metaperspectiva do eu-outro. Importante ressaltar que a P2P inclui a consciência “do” e “sobre” o outro, bem como a consciência implícita da consciência que outro tem “de” e “sobre mim” - seria como “se perceber” e “se sentir” sendo olhado ou endereçado pelo outro. Segundo Mascolo e Kallio (2020), essa interação recíproca da P2P pode se dar por meio de engajamento intersubjetivo direto ou pela interação discursiva. Em termos de pesquisa, a análise da P2P pode ser realizada por meio de uma interpretação hermenêutica-lingüística ou por meio de uma análise mais abrangente das experiências simultâneas e co-ocorrentes (Pienkos & Messas, 2018). Na P2P o pesquisador não descreve simplesmente o que foi visto, mas, ao invés disso, por meio de um exercício intuitivo, experiencial e compreensivo busca interpretar a experiência do outro; ou seja, alcançar a intersubjetividade “com” (Mascolo & Kallio, 2020).

Por fim, a perspectiva de terceira pessoa (P3P) é a perspectiva do observador e refere-se a situações de observação unilateral e remota de outrem (Fuchs, 2013). Segundo Gomes (2022) é pela perspectiva de terceira pessoa que podem ser observados e medidas as manifestações expressivas; ou seja, a objetividade espaço-temporal de um organismo. Sobre as formas implícita e explícita, Fuchs (2013) acrescenta que a P3P implícita engloba a observação de outros; já a explícita inclui a tomada de perspectiva, ou transposição imaginária ou ainda a atribuição inferencial da perspectiva do outro (metaperspectiva de terceira pessoa), o que o autor chama de “outro-consciência”. Nesse tipo de conhecimento, as hipóteses são baseadas em um quadro de referência externo e são verificadas tanto por operações observáveis externamente quanto por inferências científicas (Rogers, 1963).

Trata-se de um tipo de conhecimento que lida com objetos observáveis; ou seja, para estudar qualquer problema, deve-se observar seus elementos sendo estes objetos publicamente observáveis (Rogers, 1963). A investigação de terceira pessoa ocorre quando examinamos o que as pessoas dizem e fazem em encontros sociais reais. Um exemplo é quando os pesquisadores observam e registram a atividade de outras pessoas com as quais não estão se envolvendo diretamente (Mascolo & Kallio, 2020).

## A Perspectiva de Segunda Pessoa na Psicoterapia

Na psicoterapia o envolvimento direto com o outro e a interação recíproca são uma pré-condição para o estabelecimento do processo psicoterápico, por isso se diz que ela lida principalmente com as perspectivas de primeira e de segunda pessoa (P1P e P2P). Segundo Fuchs (2004) o trabalho psicoterápico atua na dimensão das emoções, da intuição, da percepção, da relação empática e da intencionalidade (o sentido dado pelo cliente sobre situações e pessoas); ou seja, elementos da nossa experiência subjetiva capturados pelas perspectivas de primeira e segunda pessoa. Como disse Rogers (1957), no seu texto clássico sobre as condições necessárias para a psicoterapia, o elemento primeiro e permanente para que uma relação psicoterápica se estabeleça é que duas pessoas estejam em contato psicológico, contato este que implica que elas estejam em algum grau conscientes de que fazem parte do campo experiencial uma da outra. Isso quer dizer que não haverá psicoterapia se não houver um engajamento intersubjetivo e este será atravessado por esses elementos afetivo-emocionais, intuitivos, perceptivos e intencionais da P1P e da P2P apontados por Fuchs (2004).

Entretanto, a forma como este engajamento intersubjetivo será perspectivado pelo terapeuta - ou pelo pesquisador - pode variar muito, dependendo das bases epistemológicas que orientam a abordagem psicoterápica e de pesquisa. De forma geral, há basicamente duas formas de perspectivar a relação terapêutica: uma que parte de uma visão mais tradicional de relação psicoterápica, em que a busca do terapeuta está em obter conhecimento “sobre” o cliente; e outra que parte do interior da relação e visa um reconhecimento daquilo que o cliente “mostra”, a chamada perspectiva fenomenológica de segunda pessoa (Zahavi, 2014). Na primeira forma, na abordagem mais tradicional e objetiva, o encontro é compreendido sob uma matriz ontológica individualista e, segundo Fuchs (2019), visa produzir mudanças “no” cliente e assim tratar suas disfunções. Apesar de reconhecer a relação estabelecida, esta não é compreendida como um “nós” e sim como uma experiência “do terapeuta” sobre o “outro-cliente”. O outro-cliente, neste caso, é visto como alguém que o terapeuta deve decifrar.

A segunda forma de perspectivar a relação terapêutica difere radicalmente da primeira, ela ilustra o que Zahavi (2014) chama de perspectiva fenomenológica de segunda pessoa, uma forma distinta de estar ciente do outro que implica em uma experiência-relacional (experiência-nós). Como refere Amatuzzi e Carpes (2010), uma coisa é analisar as relações de causa e efeito entre instâncias interiores do outro, como se estivéssemos olhando “de fora” o funcionamento de um aparelho, como faz a abordagem tradicional. Outra coisa “bem diferente é penetrar intuitivamente em sua subjetividade através de uma relação intersubjetiva direta” (Amatuzzi & Carpes, 2010, p.15). Esta afirmação de Amatuzzi e Carpes (2010) coaduna com o que dizem Fuchs (2019) e Zahavi (2014), sobre a perspectiva fenomenológica de segunda pessoa, em que o foco terapêutico não deve tratar de algo que acontece “dentro do paciente” e distante do terapeuta, como um suposto mau funcionamento”, mas sim deve partir de um reconhecimento daquilo que emerge no campo fenomenal interativo (Zahavi, 2014).

Na relação com o cliente em psicoterapia, característica da P2P, o terapeuta experimenta uma relação com alguém que também, ao mesmo tempo, experimenta uma relação com outros objetos psicofísicos e com outras pessoas, incluindo a relação que ele experimenta com o terapeuta. Desta forma, quando o terapeuta se relaciona com o cliente, o mundo dele e os objetos que existem para ele, são fornecidos ao terapeuta junto com o cliente. Na origem, na raiz dessa relação, ambos vivenciam um mundo que implica originariamente um “entre” e uma “experiência da consciência estrangeira” que é uma forma distinta de intencionalidade dirigida pelo e para outro (Zahavi, 2014) e que permite que experiências estranhas se revelem como estranhas para mim, ao invés de próprias. Esta estrangeiridade, como será abordada posteriormente, é essencial para o trabalho psicoterápico como compreendido por Carl Rogers.

Além da consciência do outro como um outro, no espaço psicoterápico, terapeuta e cliente vivem uma intencionalidade compartilhada (Fuchs, 2013; Zahavi, 2014) proporcionada pela relação com um mesmo objeto e objetivo psicoterápico, uma triangulação da relação. Fuchs (2013) denomina esta triangulação de “interação triádica de segunda pessoa”, que se constitui de uma interação colaborativa entre duas pessoas, que visam o mesmo objeto ou objetivo e que envolve um processo de compartilhamento de perspectivas de compreensão. Esta interação triádica é própria dos contextos psicoterápicos, pois a psicoterapia envolve uma interação comunicativa e uma “negociação de sentidos” típicas da interação triádica de segunda pessoa. As intenções não são pré-dadas e estáticas, mas sim geradas e transformadas no processo de interação (Fuchs & De Jaegher, 2009). Por

isso a compreensão do processo psicoterápico deve estar direcionada para a compreensão do sentido produzido pela relação interpessoal e interexperencial (Amatuzzi & Carpes, 2010), que acontece no exercício interativo da comunicação (Stenzel, 2021b).

## Carl Rogers e a Perspectiva de Segunda pessoa: Fundamentos Psicoterápicos Repercussões para a Pesquisa

Compreender o processo interacional da dupla terapêutica foi um dos grandes objetivos de Carl Rogers, o que o fez empenhar-se na pesquisa sobre a natureza íntima deste processo. Para Schmid (2003), a posição pessoal ou dialógica é inerente à obra rogeriana (embora não em todas as fases de seu desenvolvimento), superando a “funcionalização do outro” e considerando o cliente como um Outro diferente. Na ACP o processo terapêutico foi reconhecido como um processo colaborativo, em que terapeuta e cliente interagem e se engajam em um objetivo comum por meio de um esforço e atenção compartilhada. O terapeuta, diferente de um especialista em conteúdos, é considerado um facilitador e por isso co-colaborador e co-participante (Schmid, 2005). Rogers dedicou grande parte de sua obra para a compreensão da natureza da experiência recíproca e compartilhada vivida nas sessões terapêuticas que ele denominou de “unicidade do experienciar” (Fontgalland & Moreira, 2012).

A forte influência da ACP para a compreensão do impacto da relação terapêutica e da intersubjetividade no processo psicoterápico, embora indubitável, nem sempre foi admitida, principalmente quando associada às bases fenomenológicas. Como referem Castelo-Branco e Cirino (2022) Rogers se aproximou do movimento da Fenomenologia estadunidense no sentido de buscar um paradigma de ciência alternativo ao positivismo hegemônico do behaviorismo e, no âmbito da clínica, tinha na Fenomenologia uma perspectiva para compreender e pesquisar o self. Os autores realizam uma extensa revisão sobre as relações de Carl Rogers com o movimento de recepção da Fenomenologia na Psicologia estadunidense nas décadas de 1940 a 1970. Concluem que a discussão sobre a relação de Rogers com a Fenomenologia ainda não está esgotada e continua sendo necessária.

Apesar do próprio Rogers por muitas vezes afirmar a sua filiação à perspectiva fenomenológica (Rogers, 1987/1961; Rogers, 1963; Rogers & Stevens, 2011/1967) há sempre um debate sobre a legitimidade dessa filiação. Evangelista (2020), por exemplo, faz uma leitura crítica da visão de Rogers sobre a experiência humana, apontando que o autor apresenta uma limitação e uma negligência teórica ao abordar o caráter intersubjetivo dessa experiência.

No entanto, ocorre justamente o contrário. Como veremos a seguir, Rogers (1963) amplia a perspectiva intersubjetiva da experiência humana no âmbito da psicoterapia. Para ele, o processo psicoterápico justamente evidenciava a passagem de uma visão singular da experiência (formação de hipóteses internas) para uma visão intersubjetiva e co-experenciada.

No artigo “*Toward a Science of the Person*”, Rogers (1963) desenvolve uma extensa argumentação e explicação sobre as diferenças e convergências entre as três perspectivas de compreensão da experiência humana - primeira, segunda e terceira pessoa - deixando muito clara a importância que ele atribuía à visão fenomenológica como a principal via de acesso à experiência. Para Rogers (1963), o conhecimento fenomenológico intersubjetivo seria o único capaz de ampliar a compreensão da psicologia sobre a experiência humana, abrangendo “não apenas o comportamento, mas a pessoa e a perspectiva do observador, e a pessoa e a perspectiva do observado” (Rogers, 1963, pp. 79-80). Para ele, o conhecimento subjetivo (P1P) e o conhecimento objetivo (P3P) só poderiam ser superados pelo conhecimento intersubjetivo (P2P), que Rogers (1963) então denomina como “conhecimento interpessoal e fenomenológico”. Por isso ele buscava tanto na prática clínica quanto na pesquisa uma ênfase no “processo” psicoterápico.

Rogers (1963) tinha uma preocupação muito maior com os “fazer (doings)” e os acontecimentos (*happenings*) oriundos do engajamento intersubjetivo, do que, ao contrário, uma preocupação com “elementos estáticos” e abstrações (Rogers, 1963, p. 86). Castelo-Branco (2022) ao discorrer sobre simpatia de Rogers ao movimento da Fenomenologia empírica que estava se constituindo nos EUA nos anos 1960, reconhece o esforço do autor em demonstrar que “o paradigma fenomenológico poderia ser conciliado com as ciências comportamentais ao suplementar suas pesquisas empíricas e experimentais, trazendo uma consideração pela dimensão dos sentidos que constituem a experiência humana” (p. 16).

Neste artigo de 1963, Rogers ressalta, por meio de exemplos bastante ilustrativos, as diferenças entre essas três perspectivas e propõe que a ciência psicológica concilie essas visões para uma compreensão mais ampla da experiência humana, o que ele chama de “perspectiva tripla”. Ele afirma: “Eu proponho a visão de que qualquer ciência psicológica madura use cada uma dessas formas de conhecimento em relação apropriada com as outras duas” (Rogers, 1963, p. 78). Segundo o teórico, é somente quando esses três modos de conhecimento estão adequadamente entrelaçados que uma ciência psicológica pode surgir.

Com esta formulação teórica, Rogers (1963) de fato antecipou em meio século aquilo que teóricos

e fenomenólogos contemporâneos vêm apontando hoje para a ciência psicológica (Fuchs 2004, 2013; Klinke & Fernandez, 2021; Mascolo & Kallio, 2020; Janusz & Peräkylä, 2020). Como refere Castelo-Branco (2022), para Rogers, o campo da psicoterapia era complexo e composto por vários elementos correlacionados - funções emotivas e cognitivas, valores, atitudes, postura ética, processos de aprendizagens e fatores biológicos e sociais - que afetam o self e o comportamento; por essa razão, propunha que estes elementos correlacionados fossem estudados por diferentes métodos e áreas de pesquisa.

Rogers (1963) possuía uma perspectiva conciliatória de conhecimento e defendia uma ciência psicológica que englobasse as três perspectivas (P1P, P2P e P3P). Porém, para ele, essa conciliação só seria possível por meio da posição fenomenológica (segunda pessoa). Para tanto, se colocou como um crítico da visão objetivista da psicologia (terceira pessoa) e viu no conhecimento fenomenológico intersubjetivo uma alternativa para superar o individualismo ontológico e a dicotomia sujeito-objeto. Assim como aponta Fuchs (2013), Rogers (1963) propunha introduzir a noção de segunda pessoa ou perspectiva intersubjetiva a fim de superar o antagonismo de primeira e terceira pessoa ou perspectiva subjetiva e objetiva. Para Rogers (1963) é na perspectiva intersubjetiva - na imersão “no mundo fenomenal do indivíduo com seu tecido conectivo de significado” (p.80) - que será possível abrir “nossas mentes e nosso pensamento, nossas teorias e nossa pesquisa empírica, para todos os problemas significativos da psicologia” (p. 81).

As três seções que seguem visam demonstrar e aprofundar essa filiação da obra rogeriana à perspectiva fenomenológica de segunda pessoa e suas repercussões para uma prática investigativa na psicologia que ele intitulou como “perspectiva tripla” de pesquisa. Busca-se demonstrar a forma como Rogers compreendia a intersubjetividade e experiência-relacional do encontro psicoterápico. Por meio da discussão sobre P2P implícita e P2P explícita - autoconsciência pré-reflexiva do outro e consciência reflexiva explícita da interação eu-outro - propostas por Fuchs (2013), serão abordados três eixos temáticos que visam ilustrar essa filiação: (1) o conceito de pessoa; (2) a consciência reflexiva e a responsividade não-diretiva; e por fim, (3) a criação participativa de sentido.

## O Conceito de Pessoa

O conceito de “pessoa” é essencial para que se possa compreender o ineditismo de Rogers não só na forma de abordar os clientes em terapia mas na forma como ele propunha a pesquisa em psicoterapia. É neste conceito que encontramos uma das aproximações mais estreitas de uma compreensão fenomenológica de segunda pessoa na obra do autor.

Ao buscar uma base antropológica e filosófica para sua teoria, Rogers (1963) se apoia em uma visão de ser-humano intersubjetiva e fenomenológica.

A escolha pelo termo “pessoa”, adotado na fase reflexiva de sua obra, não foi feita por acaso. Como demonstra Schmid (2005) o termo pessoa teve como objetivo demarcar e expressar uma postura antropológica, uma imagem específica de ser humano, desenvolvida na tradição filosófica ocidental. Como o nome sugere, o conceito-chave subjacente à sua proposta psicoterápica é a compreensão do ser humano como “pessoa” e a relação terapêutica como um encontro “pessoa a pessoa” (Schmid, 2005).

O conceito de “pessoa” denota um significado específico de ser humano (Schmid, 2003) que remete justamente a uma premissa fenomenológica de ser-com e ser-entre, uma concepção relacional e intersubjetiva de subjetividade. Para Guareschi (2020), inspirado em Santo Agostinho (354-430 d.C.), a pessoa é relação. Dessa forma, o conceito de pessoa é diferente do conceito de indivíduo, pois o termo “indivíduo” remete a algo (ou alguém) que é singular, absoluto, “indivisum in se”, sem nenhuma relação com o(os) outro(os). O individualismo ontológico característico de algumas abordagens tradicionais em psicologia, pressupõe que estados mentais são necessariamente próprios, ou seja, que são necessariamente estados de um indivíduo (Zahavi, 2014). Ao contrário, o conceito de “pessoa”, apesar de também singular, implica necessariamente um outro, implica uma relação.

A perspectiva de ser humano presente na obra rogeriana pode ser representada pela seguinte equação:  $nós = tu + eu$ , onde  $tu = um\ Outro^1$  (Schmid, 2003). Conforme o Schmid (2003), para que possamos compreender a visão de ser humano (pessoa) em Rogers é preciso partir de um “nós”, de uma posição dialógica que dá início e sustentação à equação. Este “nós” deve ser compreendido como igual (=) a soma de “tu + eu”, onde este “tu” deve ser perspectivado como sendo verdadeiramente um “Outro”, ou seja, respeitado pela sua diferença.

A premissa presente nessa visão é o respeito ao outro como verdadeiramente “um Outro” - na forma como ele ou ela se descreve, se expõe, se revela a si mesmo - e não simplesmente como um alter ego como fazem algumas abordagens psicoterápicas (Schmid, 2003). Só quando se aprecia plenamente este fato da diferença fundamental é que o encontro se torna possível. Para o autor, encontrar outra pessoa, em primeiro lugar, significa levar em consideração que o Outro é essencialmente diferente (Schmid, 2001); ou seja, na relação eu estou ciente do outro e, ao mesmo tempo, implicitamente ciente de mim mesmo (Zahavi, 2014). É justamente esta estrangeiridade do outro que possibilita que o terapeuta o reconheça e o aceite sem impor-lhe condições. Segundo Schmid

1 The personal or dialogic position: we = you + I, where you = an Other (Schmid, 2003, p.111)

(2001) é esta estranheira que torna o terapeuta aberto ao Outro em seu modo de ser concreto, típico e único; ou seja, uma atitude que diz “sim” ao outro como pessoa, na sua essência, no seu modo de ser. Esta seria uma verdadeira confirmação existencial da pessoa do Outro (Schmid, 2001).

Ao estabelecer as condições necessárias para a psicoterapia, Rogers (1957) não apenas reconhece a importância da presença do outro, mas também faz referência ao papel deste no campo experiencial ou fenomenal interativo. Quanto a primeira condição, ele diz o seguinte: “tudo o que se pretende com esta primeira condição é especificar que as duas pessoas estão em algum grau em contato, que cada uma faz alguma diferença percebida no campo experiencial da outra” (p.96)<sup>2</sup>. Rogers (1957) ainda acrescenta que esta percepção pode se dar em um nível pré-reflexivo, uma forma “subconcebida”, pois a pessoa pode não estar conscientemente ciente dessa presença do outro - a P2P implícita abordada por Fuchs (2013).

Sobre a P2P implícita, Rogers (1957) faz então referência a “um paciente catatônico”<sup>3</sup>, que em “algum nível orgânico” com certeza também sente e percebe a presença de um terapeuta como alguém que faz diferença no nível da experiência. Para Rogers (1957), a experiência psicoterápica captura a existência humana em todas as suas dimensões, tanto implícitas quanto explícitas, que se caracterizam respectivamente pela autoconsciência pré-reflexiva do outro (interação corporificada) e pela consciência explícita da interação eu-outro (interação reflexiva) (Fuchs, 2013).

A combinação das atitudes do terapeuta - compreensão empática, congruência e a aceitação positiva incondicional - denotam de forma bastante clara a estranheira necessária nas relações intersubjetivas, típica da perspectiva em segunda pessoa na fenomenologia (P2P explícita). Ao referir-se às atitudes facilitadoras como a empatia (sentir o mundo privado do cliente como se fosse o seu, mas sem nunca perder a qualidade “como se”), a congruência (mostrar-se “como se é”, sem fachadas) e a aceitação positiva incondicional (uma calorosa preocupação com o cliente), Rogers (1957) demonstra como essas atitudes do terapeuta, quando combinadas, não só permitem considerar o outro “como uma pessoa separada, digna de respeito por um mérito que lhe é próprio” (Rogers, 1974/1977a, p. 149), mas também implicam no reconhecimento de si mesmo (terapeuta).

Esta demarcação de uma necessidade de “reconhecimento de si próprio”, uma demarcação de contraste e distinção, são típicas da alteridade (Schmid,

<sup>2</sup> “All that is intended by this first condition is to specify that the two people are to some degree in contact, that each makes some perceived difference in the experiential field of the other” (Rogers, 1957, p.96).

<sup>3</sup> Probably it is sufficient if each makes some “subceived” difference, even though the individual may not be consciously aware of this impact. Thus it might be difficult to know whether a catatonic patient perceives a therapist’s presence as making a difference to him — a difference of any kind — but it is almost certain that at some organic level he does sense this difference (Rogers, 1957, p.96)

2005). Como foi visto anteriormente na P2P, ter uma consciência do outro é também perceber e sentir-se “como sendo olhado ou endereçado pelo outro”, é ter uma consciência do outro tendo uma consciência sobre si mesmo e sobre mim (Fuchs, 2013; Zahavi, 2014) - características típicas da P2P explícita.

## A Consciência Reflexiva e a Responsividade Não-Diretiva

Na visão de Carl Rogers sobre o processo psicoterápico o que está em jogo não é uma relação entre pessoa-objeto mas sim uma relação entre “pessoa-pessoa”. Como vimos anteriormente, o conceito de pessoa na obra rogeriana evidencia que, para o autor, a experiência humana não pode ser entendida como puramente psíquica, nem interna e nem tampouco isolada da experiência dos outros. A visão rogeriana sobre o processo psicoterápico converge com uma visão fenomenológica que entende a relação terapêutica como uma experiência relacional, uma experiência “nós”. Isso se deve não apenas à concepção de ser humano presente na obra de Rogers sobre o “ser-relação”, mas também pela importância que Rogers atribui ao engajamento intersubjetivo vivenciado pela dupla terapêutica. Neste segundo eixo temático, será abordada a responsividade exigida pelo envolvimento direto com o outro em psicoterapia – não apenas o ser-em-relação, mas o estar-em-relação (Stenzel, 2021b).

Ao estabelecer uma relação entre o conceito de P2P conforme definido por Fuchs (2013) e a abordagem proposta por Carl Rogers no processo psicoterápico, argumenta-se que, por meio da responsividade não-diretiva, o terapeuta adota uma forma distinta e ética de se relacionar com o outro. O argumento central desta seção é de que a não diretividade proposta por Rogers (Rogers, 2005/1942; Rogers & Kinget, 1977b/1962), oferece uma perspectiva ética para a P2P explícita - uma forma muito peculiar de perspectivar o outro no processo terapêutico, não só em termos clínicos, mas também em termos de pesquisa (Englander, 2020). Argumenta-se que a proposta da não-diretividade é na realidade uma forma ativa e pró-ativa de interação explícita com o outro guiada por preceitos éticos de aceitação, incondicionalidade e respeito que podem ser perspectivas em termos clínicos e investigativos.

Na situação terapêutica, assim como nas relações interpessoais, a consciência reflexiva (P2P explícita) e o desafio da responsividade estão sempre presentes. No entanto, na relação terapêutica, além do desafio de responder, há também um desafio ético, pois o terapeuta é chamado a exercer um efeito benéfico sobre a queixa e o sofrimento daquele que busca ajuda (Zayed, 2008). No encontro psicoterápico o terapeuta, quando dirigido e solicitado a responder, assume uma responsabilidade profunda que está relacionada a prestação de um serviço e de uma ajuda (Schmid, 2001). Esta responsividade

e responsabilidade ética transforma o contexto psicoterápico em um contexto bastante peculiar de relação interpessoal de segunda pessoa e configura um tipo de consciência reflexiva e responsividade que merece especial atenção.

Nas interações de segunda pessoa em psicoterapia, tanto a ressonância corporal mútua (P2P implícita) quanto a consciência reflexiva (P2P explícita) são ampliadas. Segundo Fuchs (2013), embora em situações não diretas de relação algum tipo de responsividade possa surgir, é na experiência direta com outra pessoa – como na psicoterapia – que há uma maior demanda por responsividade. O encontro interpessoal exige de nós uma maneira diferente de ser e responder aos atos da outra pessoa. Na situação terapêutica, essa responsividade está presente tanto de forma intensa, sendo afetado pelo comportamento não verbal e expressivo um do outro (P2P implícita), quanto de maneira consciente, reflexiva e deliberada ao compreender o que o outro sente, diz ou faz (a P2P explícita). Em um nível pré-reflexivo (P2P implícita) cliente e terapeuta sentem no próprio corpo o estado emocional um do outro. Estar em terapia produz uma ressonância corporal mútua, e esta ressonância irá resultar em estados compartilhados de sentimentos e afetos corporais congruentes ou complementares. Para Fuchs (2013) não só apenas “enxergamos” a raiva no rosto e gesto do outro, mas também a sentimos com nosso próprio corpo.

O terapeuta, geralmente por sua formação e experiência clínica, é ensinado a estar bastante atento à ressonância corporal e até mesmo utilizá-la de forma diagnóstica para reconhecimento psicopatológico (Messas & Fukuda, 2018). Conforme Messas e Fukuda (2018), o estado corporal depressivo de um cliente, por exemplo, pode arrastar o terapeuta para uma experiência pré-reflexiva de peso e melancolia. Os autores denominam isso de “ressonância afetiva” e explicam como utilizar esse fenômeno para reconhecimento psicopatológico e tomada de decisão clínica: “o método fenomenológico é orientado por uma epistemologia de segunda pessoa, fundamentada na ideia de que as vivências emergentes em uma relação pessoal e íntima constituem a base de um conhecimento psicopatológico confiável” (Messas & Fukuda, 2018, p. 168).

Para além da ressonância corporal mútua da P2P implícita, a P2P explícita também é ampliada em contextos psicoterápicos, especialmente quando o terapeuta se concentra na interação presente como tal e direciona sua atenção para ela. Como demonstra Fuchs (2013), nesse caso, é como se fosse necessário “dar um passo para trás” para tentar entender por que o outro disse ou fez o que fez, o que pode estar pensando ou sentindo, se algo foi mal interpretado e qual é o estado do relacionamento. Na P2P explícita, também surge uma tentativa de se colocar no lugar do outro, como se o terapeuta estivesse simulando

um “estar em sua posição”, raciocinando sobre seus motivos e buscando suas intenções ocultas.

A consciência reflexiva (P2P explícita) é frequentemente discutida na literatura sobre o processo psicoterápico porque a terapia envolve uma compreensão direta e intencional do que o cliente sente, diz e/ou faz. No entanto, como mencionado anteriormente, essa consciência reflexiva explícita da relação pode ser vista como uma tentativa de “conhecimento sobre o outro” (cliente) - tratando-o como um objeto - ou como uma tentativa de “reconhecimento do outro” - reconhecendo-o como uma pessoa. É nesse reconhecimento do outro como pessoa - explorado no primeiro eixo - e na responsividade terapêutica não-diretiva que se situam a P2P explícita e a dimensão ética da relação psicoterápica na abordagem de Rogers.

A tomada de perspectiva do outro na psicoterapia rogeriana deve ser realizada por meio de uma escuta ativa que permite ao cliente se expressar, e que seja menos influenciada pelas intenções, curiosidades e desejos do próprio terapeuta (Schmid, 2005). Para que isso ocorra, o terapeuta deve estar consciente do outro e, ao mesmo tempo, implicitamente consciente de si mesmo no processo de ser visado ou abordado pelo outro (P2P explícita do terapeuta). Ou seja, o terapeuta deve se perceber como uma pessoa envolvida no processo, não apenas como um observador. Dessa maneira, ao estar consciente de sua própria presença e da alteridade do outro, o terapeuta deve conceder espaço ao cliente, demonstrando respeito e reconhecimento por sua singularidade.

Adotar uma metaperspectiva eu-outro (P2P explícita) inclui tanto uma forma deliberada de tomar a perspectiva do outro quanto um “refletir sobre si mesmo” na relação (P1P explícito) (Fuchs, 2013). O que Rogers propõe é precisamente que o terapeuta, ao adotar a perspectiva do outro, evite ser diretivo ao selecionar os tópicos e interpretar os sentimentos e cognições do cliente (Rogers, 2005/1942; Rogers & Kinget, 1977b/1962). Isso significa que o terapeuta deve adotar uma metaperspectiva sobre o outro (P1P explícita), buscando suspender (colocar entre parênteses) seus próprios interesses e evitando guiar a relação na direção de seus próprios interesses. Na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), o cliente “mostra e anuncia”, enquanto o terapeuta tenta “perceber e compreender” (Schmid, 2003), sem impor direcionamentos baseados em interesses pessoais. O movimento terapêutico deve partir do cliente para o terapeuta (tu-eu) e não ao contrário (eu-tu).

Desde a primeira fase da obra rogeriana, fase não-diretiva (Rogers, 2005/1942) a proposta da não-diretividade se refere a um tipo de responsividade terapêutica que visa facilitar o autodirecionamento do cliente, respondendo existencialmente à abertura e ao “chamado” do cliente no relacionamento (Schmid, 2005). Segundo Schmid (2005), a não diretividade



é uma expressão da “arte de não-saber”, sendo uma forma específica de “estar com o cliente”. Para o autor, poucos conceitos foram tão profundamente mal compreendidos ou tão amplamente mal utilizados para “zombar” e desacreditar a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). É no conceito de não-diretividade que se encontra a expressão de uma postura fenomenológica de segunda pessoa que coloca a pessoa (cliente) em um lugar de reconhecimento (Schmid, 2005). O erro de alguns teóricos é interpretar a não-diretividade como um conjunto de técnicas sobre o que fazer e o que não fazer na relação com o cliente, como um “guia de como agir”. Na verdade, o que Rogers buscava era fundamentar sua orientação antropológica, teórica, investigativa e ética para uma forma de responsividade que respeitasse e reconhecesse a singularidade do cliente e sua alteridade (Schmid, 2005).

Em termos investigativos e de pesquisa, Englander (2020) afirma que a proposta clínica de Carl Rogers, especialmente no que diz respeito à não diretividade, pode ser considerada “a espinha dorsal” da entrevista fenomenológica na pesquisa. Segundo o autor, foi a abordagem não diretiva de Rogers que possibilitou o desenvolvimento de habilidades básicas de entrevista qualitativa na pesquisa fenomenológica dentro da psicologia. Rogers não apenas se preocupou em fornecer ferramentas para a condução e o manejo da entrevista clínica, mas também escreveu especificamente sobre a entrevista na pesquisa, contribuindo significativamente para a tradição de pesquisa qualitativa nas ciências sociais (Englander, 2020). Um exemplo disso é o famoso artigo de Rogers (1945) no *American Journal of Sociology*, no qual ele defende uma abordagem não-diretiva para entrevistas em contextos de pesquisa.

A não-diretividade e o desejo por uma responsividade ética levou Rogers a um interesse especial pela comunicação entre cliente e terapeuta e a criação participativa de sentido em sessão. Se as interações triádicas de segunda pessoa (Fuchs, 2013) pressupõem uma interação colaborativa, elas passam necessariamente pelos processos comunicativos (sejam eles verbais ou não verbais). Por isso, no próximo eixo, central para a compreensão da P2P explícita, visa-se abordar a importância do estudo do processo narrativo interacional na obra rogeriana e seu ineditismo na pesquisa empírica, que coloca a comunicação e a narrativa interacional como centro, não só do processo psicoterápico, mas também da pesquisa clínica em psicologia.

## A Criação Participativa de Sentido

Este último eixo temático irá explorar os processos comunicacionais e narrativos coestabelecidos pela díade terapeuta-cliente, que são uma fonte especial de compreensão e análise dos aspectos intersubjetivos da experiência. A proposta deste eixo é demonstrar o interesse de Carl Rogers

na criação participativa de sentido e na “interação triádica de segunda pessoa”, conforme entendida por teóricos da fenomenologia como Fuchs (2013). Em termos investigativos, Rogers focava na análise do processo narrativo interacional, buscando integrar as evidências empíricas observacionais do diálogo terapêutico em sessões gravadas (P3P explícita) com as evidências autorreflexivas de primeira pessoa comunicadas pelo cliente (P1P explícita) - exatamente o que pesquisadores contemporâneos têm sugerido para a pesquisa em fenomenologia atualmente (Gomes, 2021, 2022; Fuchs, 2019; Klinke & Fernandez, 2021; Mascolo & Kallio, 2020; Zayed, 2008).

A intersubjetividade, segundo Fuchs e De Jaegher (2009), não se resume a uma tarefa solitária de decifrar ou simular os movimentos dos outros, mas envolve entrar em um processo de interação corporificada e gerar significado comum por meio dela. Nesse processo de gerar e transformar o sentido “na” e “com” a interação, estabelece-se o que os autores chamam de “criação participativa de sentido”.

A psicoterapia é um espaço privilegiado de criação participativa de sentido (Fuchs & De Jaegher, 2009), que envolve uma construção narrativa interacional na qual cliente e terapeuta, de forma conjunta e colaborativa, constroem um sentido para o sofrimento humano (a queixa psicoterápica), por meio da descrição e elaboração de histórias (Angus & Hardtke, 1994; Zayed, 2008). Zayed (2008) coaduna com esta posição e refere que a psicoterapia é como um “texto a ser decifrado”, pois ela reside justamente no diálogo, na narrativa e no engajamento intersubjetivo de segunda pessoa. O método fenomenológico é para o autor um dos mais adequados para explorar eventos terapêuticos na forma como eles se apresentam e se revelam como fenômenos intersubjetivos, comunicacionais e dialógicos.

Em termos narrativos, é verdade que ao compartilhar sua história com o terapeuta, o cliente busca e experimenta uma tentativa de autocompreensão, um processo de “se fazer compreender” tanto para os outros quanto para si mesmo (Bamberg, 2012). De fato existe uma autoridade de primeira pessoa em relação a experiências como a dor, a sede ou mesmo a ansiedade (Fuchs, 2013). Entretanto, como nos assinala Fuchs (2013), a forma e o significado desses sentimentos vividos pelo cliente como “seus” depende também de um contexto compartilhado. Segundo o autor, compartilhar e nomear experiências mentais é um pré-requisito para conhecer explicitamente a própria experiência. A autoconsciência explícita ou reflexiva (P1P explícita) só pode ser formada por meio da intersubjetividade, pois implica na percepção e adoção do ponto de vista do outro sobre mim. Assim, o que pode parecer um diálogo interno é fundamentalmente constituído e derivado

da interação com o outro (Fuchs, 2013) - uma experiência que se desenvolve “de” e “com” as narrativas do(s) outro(s) (Gallagher & Zahavi, 2020).

No contexto compartilhado da psicoterapia, terapeuta e cliente se veem imersos em um entrelaçamento de significados, buscando juntos compreender as razões pelas quais o cliente sofre e busca ajuda. Conforme observado por Messas e Fukuda (2018), a narratividade desempenha um papel fundamental como acesso à experiência vivida pelo outro, e a maneira como a narrativa se desenvolve, juntamente com seu conteúdo, deve ser um foco importante de atenção para o clínico/terapeuta (Angus & Greenberg, 2011).

Compreender o processo interacional comunicativo e narrativo da díade terapêutica era um dos principais objetivos de Carl Rogers, que se dedicou à investigação da natureza íntima desse processo. Conforme observado por Castelo-Branco (2022), Rogers é creditado por ter publicado o primeiro caso clínico completo de Herbert Bryan, no qual buscava exemplificar “o que acontece” na relação terapeuta-cliente. Rogers (1963) acreditava que era a perspectiva fenomenológica intersubjetiva que permitiria a investigação do que ele chamou de “espaço semântico” construído pela díade terapêutica, e que poderia ser mais bem estudado no futuro com diferentes recursos empíricos.

Ao retomar os objetivos de um de seus livros, “Psicoterapia e Consulta Psicológica”, escrito em 1942, Rogers afirmou em 1961 que o livro buscava compreender o “intercâmbio verbal” entre terapeuta e cliente, demonstrando seu interesse precoce no processo narrativo interacional mesmo na fase não-diretiva (Rogers, 2005/1942). Em um artigo escrito em 1958 (Rogers, 1958) e reproduzido no livro “Tornar-se Pessoa”, Carl Rogers desenvolve mais profundamente essa ideia ao discutir a compreensão da relação terapêutica e a descrição da experiência. Ele expressa que foi “atraído pela teoria da comunicação e sua forma de analisar a interação comunicativa” (Rogers, 1961/1987, p. 110). Neste texto em especial, fica evidente que Rogers não se detém somente na “autonarrativa” do cliente mas sim na experiência conjunta que se constitui “de” e “com” a narrativa do terapeuta. Em suas formulações sobre o processo psicoterápico, Carl Rogers demonstra que um estágio específico pelo qual o cliente atravessa em sua terapia é definido pela maneira como ele consegue se expressar e se comunicar com o terapeuta, e como o terapeuta facilita ou dificulta essa comunicação. Junto com o conteúdo das interações, a obra de Rogers foca na forma como a díade terapêutica se comunica, levando-o a explorar pesquisas que investigam as categorias gramaticais e psicogramaticais da linguagem na terapia (Castelo-Branco, 2022).

No livro “Psicoterapia e Relações Humanas: Teoria e Prática da Terapia Não-diretiva” (Rogers &

Kinget, 1977b/1962), Carl Rogers e Richard Kinget expressam interesse pelo “estudo microscópico da interação verbal” (p. 238). Nesta obra, os autores descrevem e revisam estudos, como o de Halkides (1958), sobre os efeitos dos diferentes modos de interação verbal entre terapeuta e cliente. Essa abordagem de pesquisa demonstra uma forma inovadora de capturar dados observacionais (P3P), que é semelhante às investigações contemporâneas em psicoterapia focadas no estudo de processos sequenciais microanalíticos de interação comunicativa e narrativa (Aleixo et al., 2021).

Como nas pesquisas contemporâneas de processo psicoterápico (Elliott, 2010), os estudos de Carl Rogers frequentemente incluíam a avaliação de observadores externos, que eram estranhos ao caso psicoterápico e ouviam fragmentos de interações de sessões gravadas para posterior classificação. Castelo-Branco (2022) revela que as pesquisas de Rogers, tanto em Chicago como em Wisconsin, envolviam a geração de dados a partir de sessões terapêuticas gravadas e transcritas. Os achados clínicos e os resultados das avaliações eram discutidos pelo grupo de pesquisa, que incluía consultores internos e externos à abordagem rogeriana (pp. 12-13).

A proposta de Rogers era integrar um tipo de evidência observacional (P3P) com a evidência autorreflexiva de primeira pessoa (P1P), uma iniciativa que vem sendo apoiada por teóricos contemporâneos ligados à fenomenologia (Klinke & Fernandez, 2022; Mascolo & Kallio, 2020; Zayed, 2008). Para esses teóricos, autorrelatos (P1P) e dados observacionais (P3P) não devem ser vistos como opostos; ao contrário, o pesquisador pode utilizar conceitos centrais da fenomenologia para integrar essas duas perspectivas e ganhar uma compreensão mais profunda das estruturas da subjetividade dos participantes e do processo terapêutico co-experenciado.

Para Klinke e Fernandez (2022), a entrevista fenomenológica não deve ser considerada como a única abordagem adequada para estudar a experiência humana. Eles propõem uma abordagem fenomenológica para conduzir pesquisas observacionais, ampliando assim o escopo de métodos disponíveis para investigação. Seguindo essa linha, Zayed (2008) destaca que a natureza dialógica dos fenômenos terapêuticos requer uma investigação que leve em conta a “estrutura textual experiencial dialógica”, a qual pode ser capturada por dados observacionais (P3P). Integrando entrevistas individuais com a análise do material da experiência compartilhada pelos participantes durante as sessões, é possível capturar as dimensões compartilhadas e intersubjetivas da experiência psicoterapêutica (Zayed, 2008).

Além de estar alinhado com as propostas contemporâneas de pesquisa em fenomenologia, o trabalho de Rogers também apresenta inovações

que antecipam o que hoje conhecemos como sistemas de codificação narrativa em pesquisa. A análise do processo interacional narrativo é um dos principais focos das pesquisas em psicoterapia atualmente, especialmente nos estudos dedicados aos processos de mudança terapêutica (change process research) (Elliott, 2010). As pesquisas empíricas contemporâneas que utilizam dados de ocorrência natural, como gravações de sessões psicoterápicas, procuram analisar os processos sequenciais microanalíticos da interação através da investigação dos processos comunicacionais, narrativos e linguísticos (Elliott, 2010).

Conforme destacado por Elliott (2010), a pesquisa qualitativa microanalítica de sessões terapêuticas está emergindo como uma abordagem significativa para estudar o processo psicoterápico na perspectiva da segunda pessoa. Essa abordagem combina metodologias qualitativas como a análise da conversa (AC) e o Interpersonal Process Recall (IPR) (Janusz & Peräkylä, 2020), juntamente com sistemas de codificação de processos narrativos como o Narrative-Emotion Processes Coding System (NEPCS), desenvolvido por Angus e colaboradores (Angus et al., 2017), e o Innovative Moments, desenvolvido por Gonçalves et al. (2017). Esses métodos exemplificam o diálogo crescente na pesquisa sobre processos sequenciais microanalíticos de interação comunicativa/narrativa e metodologias ancoradas em perspectivas intersubjetivas.

## Considerações Finais

A prática psicológica e a pesquisa ocupam uma área de interseção no contínuo ontológico que abrange as dimensões físicas, biológicas, psicológicas, interacionais, sociais-organizacionais e culturais (Gomes, 2021). Segundo Gomes (2021), o campo psicológico enfrenta o desafio crucial de “compreender e intervir nessa bifurcação que conecta as ciências naturais e as ciências humanas dentro do contínuo ontológico” (p.19). Este empreendimento requer dos pesquisadores e clínicos uma abordagem metodológica ampla e uma vigilância sistemática para evitar tornar-se meros receptores passivos de metodologias específicas ou adotar posturas dogmáticas em suas escolhas metodológicas (Zayed, 2008).

Assim pensava Carl Rogers. Seu desejo de transcender o individualismo ontológico na psicoterapia e sua quase obsessão pela dimensão intersubjetiva do encontro terapêutico o impulsionaram a uma prática clínica e uma investigação inovadoras, que foram revolucionárias e abrangentes na tentativa de conciliar as diferentes perspectivas da experiência humana (P1P, P2P e P3P). Como demonstrado anteriormente, propostas investigativas e metodológicas contemporâneas destacam essa ousadia e originalidade de Rogers ao buscar integrar o conhecimento subjetivo (P1P) e

o conhecimento objetivo (P3P) por meio da via do conhecimento interpessoal e fenomenológico (P2P).

Existem algumas resistências, especialmente no Brasil, em reconhecer a profundidade e a relevância da obra de Rogers, o que limita a apreciação da herança científica deixada por este renomado psicólogo e pesquisador (Castelo-Branco, 2022). Como alertou Kinget (Rogers & Kinget, 1977b/1962), “o pensamento de Rogers é, sem dúvida, demasiado revolucionário para ser aceito sem provocar resistências” (p. 32).

Como contribuição, este estudo objetivou colaborar com o esforço de teóricos brasileiros, como Castelo-Branco (2022), que apontam a necessidade emergente de conhecermos melhor a obra de Carl Rogers e as repercussões dela para a pesquisa científica. No contexto específico deste artigo, esses esforços e desafios se materializaram na análise dos elementos inovadores da obra de Rogers, contribuindo para uma “perspectiva tripla” de investigação da experiência humana. Esta perspectiva abrange a dedicação teórico-empírica de Rogers à intersubjetividade (P2P implícita e explícita), enfatizando sua relevância para a compreensão aprofundada dos fenômenos psicológicos e interpessoais.

Recomenda-se que futuros estudos ampliem a discussão sobre a intersecção entre a perspectiva fenomenológica de segunda pessoa e a obra rogeriana, destacando a contribuição de outros teóricos tanto da fenomenologia quanto do humanismo nessa temática. Além disso, é recomendável que os pesquisadores brasileiros da área de psicologia explorem mais profundamente as recentes discussões teóricas sobre intersecções entre fenomenologia e psicoterapia, especialmente aquelas que envolvem a interface com a psicopatologia fenomenológica.

Em termos empíricos, sugere-se que estudos futuros se dediquem a explorar de maneira mais aprofundada a análise do processo interacional narrativo baseado em material gravado de sessões psicoterápicas, conforme vislumbrado por Rogers já nas décadas de 1940 e 1950. É essencial investigar a relação entre processo narrativo interacional e mudança terapêutica, como discutido por Aleixo, Pires, Angus, Neto e Vaz (2021), e desenvolver metodologias para análise de processos psicoterápicos, uma necessidade emergente no campo da pesquisa em psicoterapia (Zuanazzi et al., 2021). Este tipo de pesquisa, focada na análise sequencial microanalítica de sessões psicoterápicas, possui um potencial significativo para a compreensão do impacto terapêutico nos processos de mudança dos clientes (Elliott, 2010). Esses são alguns caminhos promissores para reconhecer e, sobretudo, dar continuidade ao legado deixado por Rogers na ciência psicológica e na prática clínica, visando desvendar a intersubjetividade nos processos psicoterápicos.

## Referências

- Aleixo, A., Pires, A. P., Angus, L., Neto, D., & Vaz, A. (2021). A Review of Empirical Studies Investigating Narrative, Emotion and Meaning-Making Modes and Client Process Markers in Psychotherapy [Uma revisão de estudos empíricos que investigam modos narrativos, emocionais e de criação de significado e marcadores de processo do cliente em psicoterapia]. *Journal of Contemporary Psychotherapy*, 51(1), 31-40. <https://doi.org/10.1007/s10879-020-09472-6>
- Amatuzzi, M. M., & Carpes, M. (2010). Aspectos fenomenológicos do pensamento de Rogers. *Memorandum: Memória e História Em Psicologia*, 19, 11-25. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6567>
- Angus, L., & Hardtke, K. (1994). Narrative processes in psychotherapy [Processos narrativos em psicoterapia]. *Canadian Psychology*, 35(2), 190-203. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0708-5591.35.2.190>
- Angus, L. E., & Greenberg, L. S. (2011). *Working with narrative in emotion-focused therapy: Changing stories, healing lives* [Trabalhando com narrativa na terapia focada na emoção: mudando histórias, curando vidas]. American Psychological Association.
- Angus, L., Watson, J. C., Elliott, R., Schneider, K. & Timulak, L. (2015). Humanistic psychotherapy research 1990-2015: from methodological innovation to evidence-supported treatment outcomes and beyond [Pesquisa em psicoterapia humanística 1990-2015: da inovação metodológica aos resultados do tratamento apoiados por evidências e muito mais]. *Psychotherapy Research*, 25(3), 330-347. <https://doi.org/10.1080/10503307.2014.989290>
- Angus, L. E., Boritz, T., Bryntwick, E., Carpenter, N., Macaulay, C., & Khattra, J. (2017). The Narrative-Emotion Process Coding System 2.0: A multi-methodological approach to identifying and assessing narrative-emotion process markers in psychotherapy [O Sistema de Codificação do Processo Narrativo-Emocional 2.0: Uma abordagem multimetodológica para identificar e avaliar marcadores do processo narrativo-emocional em psicoterapia]. *Psychotherapy Research*, 27(3), 253-269. <https://doi.org/10.1080/10503307.2016.1238525>
- Bamberg (2012). Narrative Analysis. In: Cooper, H. E., Camic, P. M., Long, D. L., Panter, A. T., Rindskopf, D. E., & Sher, K. J. (2012). *APA handbook of research methods in psychology, Vol 2: Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological* [Manual APA de métodos de pesquisa em psicologia, Vol 2: Projetos de pesquisa: Quantitativos, qualitativos, neuropsicológicos e biológicos]. American Psychological Association (pp. 85-102).
- Castelo-Branco, P. C. C. & Cirino, S. D. (2022) Carl Rogers e a Recepção da Fenomenologia na Psicologia Estadunidense. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 38, e38405. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38405>
- Castelo-Branco (2022). As pesquisas clínicas coordenadas por Carl Rogers: apontamentos metodológicos e repercussões. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 16 (2). <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2022.v16.31533>
- Elkins, D. N. (2019). Common factors: what are they and what do they mean for humanistic psychology? [Fatores comuns: o que são e o que significam para a psicologia humanista?]. *Journal of Humanistic Psychology*. <https://doi.org/10.1177/0022167819858533>
- Elliott (2010) Psychotherapy change process research: Realizing the promise [Pesquisa do processo de mudança em psicoterapia: concretizando a promessa]. *Psychotherapy Research*, 20(2), 123-135. <https://doi.org/10.1080/10503300903470743>
- Englander, M. (2020). Phenomenological psychological interviewing [Entrevista psicológica fenomenológica. O psicólogo humanista]. *The Humanistic Psychologist*, 48(1), 54-73. <https://doi.org/10.1037/hum0000144>
- Evangelista, Paulo. (2020). A fundamentação metafísica da psicologia humanista à luz da fenomenologia existencial. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 26(2), 208-219 <http://dx.doi.org/10.18065/2020v26n2.8>
- Fuchs, T. (2004). Neurobiology and psychotherapy: an emerging dialogue [Neurobiologia e psicoterapia: um diálogo emergente]. *Current Opinion in Psychiatry*, 17(6), 479-485. <https://journals.lww.com/co-psychiatry/toc/2004/11000>
- Fuchs, T., & De Jaegher, H. (2009). Enactive intersubjectivity: Participatory sense-making and mutual incorporation [Intersubjetividade enativa: construção de sentido participativa e incorporação mútua]. *Phenomenology and the cognitive sciences*, 8(4), 465-486. <https://doi.org/10.1007/s11097-009-9136-4>
- Fuchs, T. (2013). The phenomenology and development of social perspectives [A fenomenologia e o desenvolvimento de perspectivas sociais]. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 12(4), 655-683. <https://doi.org/10.1007/s11097-012-9267-x>
- Fuchs, T., Messas, G. P., & Stanghellini, G. (2019). More than just description: phenomenology and psychotherapy [Mais do que apenas descrição: fenomenologia e psicoterapia]. *Psychopathology*, 52(2), 63-66. <https://doi.org/10.1159/000502266>

- Fuchs, T. (2019). The interactive phenomenal field and the life space: a sketch of an ecological concept of psychotherapy [O campo fenomênico interativo e o espaço de vida: um esboço de um conceito ecológico de psicoterapia]. *Psychopathology*, 52(2), 67-74. doi: 10.1159/000502098.
- Gallagher, S., & Zahavi, D. (2020). *The phenomenological mind* [A mente fenomenológica]. Routledge.
- Gomes, W. B. (2021). Pluralidade de objeto versus pluralismo de concepções em teorias psicológicas. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 38. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2021.25462>
- Gomes, W. B. (2022). Limitações e inconsistências das definições sintéticas para psicologia. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 39. <https://doi.org/10.35699/1676-1699.2022.35827>
- Gonçalves, M. M., Ribeiro, A. P., Mendes, I., Alves, D., Silva, J., Rosa, C., Oliveira, J. T. (2017). Three narrative-based coding systems: Innovative moments, ambivalence and ambivalence resolution [Três sistemas de codificação baseados em narrativas: Momentos inovadores, ambivalência e resolução de ambivalência]. *Psychotherapy Research*. <https://doi.org/10.1080/10503307.2016.1247216>
- Halkides, G (1958). An investigation of therapeutic success as a function of four therapist variables [Uma investigação do sucesso terapêutico em função de quatro variáveis do terapeuta]. University of Chicago, 1958. *Tese de doutoramento*.
- Janusz, B., & Peräkylä, A. (2021). Quality in conversation analysis and interpersonal process recall [Qualidade na análise de conversas e recordação de processos interpessoais]. *Qualitative Research in Psychology*, 18(3), 426-449. <https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1780356>
- Klinke, M. E., & Fernandez, A. V. (2022). Taking phenomenology beyond the first-person perspective: conceptual grounding in the collection and analysis of observational evidence [Levando a fenomenologia além da perspectiva da primeira pessoa: fundamentação conceitual na coleta e análise de evidências observacionais]. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 1-21. <https://doi.org/10.1007/s11097-021-09796-1>
- Marková, I. (2017). *Mente Dialógica: senso comum e ética*. (Lilian Ulup, Trad.). PUCPress.
- Mascolo, M. F. & Kallio, E. (2020) The Phenomenology of Between: An Intersubjective Epistemology for Psychological Science [A Fenomenologia do Entre: Uma Epistemologia Intersubjetiva para a Ciência Psicológica]. *Journal of Constructivist Psychology*, 33(1), 1-28 <https://doi.org/10.1080/10720537.2019.1635924>
- Messas, G., & Fukuda, L. (2018). O diagnóstico psicopatológico fenomenológico da perspectiva dialético-essencialista. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(11), 160–191. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2018.v.6.n.11.189>
- Norcross, J. C. & Lambert, M. J. (2018). Psychotherapy relationships that work III [Relações psicoterapêuticas que funcionam III]. *Psychotherapy*, 55(4), 303-315. <http://dx.doi.org/10.1037/pst0000193>
- Parrow, K., Sommers-Flanagan, J., Cova, J., & Lungu, H. (2019). Evidence-based relationship factors: a new focus for mental health counseling research, practice, and training [Fatores de relacionamento baseados em evidências: um novo foco para pesquisa, prática e treinamento em aconselhamento em saúde mental]. *Journal of mental health counseling*, 41, 327-342. <https://doi.org/10.17744/mehc.37.2.g13472044600588r>
- Pienkos, E., & Messas, G. (2018). Preface to the EAWE Portuguese version: A case for a new era of phenomenological psychopathology in psychiatry and clinical psychology [Prefácio à versão portuguesa da EAWE: Um caso para uma nova era da psicopatologia fenomenológica em psiquiatria e psicologia clínica]. *Revista Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 7(2), 1-9. <https://doi.org/10.37067/rpfc.v7i2.969>
- Rogers, C. R. (1942). *Counseling and Psychotherapy*. Boston: Houghton Mifflin. Tradução em português: (2005) *Psicoterapia e Consulta Psicológica* (M.J.C. Ferreira, Trad.). Martins Fontes.
- Rogers, C. R. (1945). The Nondirective Method as a Technique for Social Research [O Método Não-Diretivo como Técnica de Pesquisa Social]. *American Journal of Sociology*, 50(4), 279–283. <https://doi.org/10.1086/219619>
- Rogers, C. R. (1958). A process conception of psychotherapy [Uma concepção de processo de psicoterapia]. *American Psychologist*, 13(4), 142-149. <https://doi.org/10.1037/h0042129>
- Rogers, C. R. (1963). Toward a science of the person [Rumo a uma ciência da pessoa]. *Journal of Humanistic Psychology*, 3(2), 72–92. <https://doi.org/10.1177/002216786300300208>
- Rogers, C. R. (1977a). Pode a aprendizagem abran-ger ideias e sentimentos? (R. Rosenberg, Trad.). Em C. R. Rogers & R. Rosenberg. *A pessoa como centro* (pp. 143-161). EPU. (Original publicado em 1974).
- Rogers, C., & Kinget, M. (1977b). *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva*. (Vol. 1., M. Bizotto, Trad.) Interlivros. (Original publicado em 1962).

- Rogers, C. (1980). *A Way of Being* [Uma maneira de ser]. Houghton Mifflin Company.
- Rogers, C. R. (1987). *Tornar-se pessoa* (2a ed.). (M. J. C. Ferreira, Trad.). Martins Fontes. (Original publicado em 1961).
- Rogers, C., & Stevens, B. (1967/2011). De pessoa para pessoa: o problema de ser humano. In *De pessoa para pessoa: o problema de ser humano* (pp. 328-328). Rogers, C. R., & Stevens, B. (1967). Person to person: the problem of being human; a new trend in psychology. Real people press.
- Schmid, P. F. (2001). Acknowledgement: The art of responding. Dialogical and ethical perspectives on the challenge of unconditional personal relationships in therapy and beyond. In J. Bozard, & P. Wilkins (Eds.), *Rogers Therapeutic Conditions Evolution Theory & Practice: Vol. 3. Unconditional Positive Regard* (pp. 49-64). PCCS Books.
- Schmid, P. F. (2003). The Characteristics of a Person-Centered Approach to Therapy and Counseling: Criteria for identity and coherence [As características de uma abordagem de terapia e aconselhamento centrada na pessoa: critérios de identidade e coerência]. *Person-Centered & Experiential Psychotherapies*, 2(2), 104-120 <https://doi.org/10.1080/14779757.2003.9688301>
- Schmid, P. F. (2005). Facilitative responsiveness: Non-directiveness from an anthropological, epistemological and ethical perspective. In B. Levitt (Ed.) *Embracing non-directivity: Reassessing person-centred theory and practice in the 21st century* (pp. 74-94). PCCS Books
- Stenzel, L. M. (2021a). Habilidades terapêuticas interpessoais: A retomada de Carl Rogers na prática da psicologia baseada em evidências. *Psicologia Clínica*, 33(3), 557 – 576. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A09>
- Stenzel, L. M. (2021b). Ser-e-estar-entre: a condição intersubjetiva da relação terapêutica. *Phenomenology, Humanities and Sciences*, 2(3), 378-391. <https://phenomenology.com.br/index.php/phe/article/view/106>
- Stenzel, L. M., & Gomes, W. B. (2023). *Perspectiva de Segunda Pessoa em Psicoterapia: as inovações fenomenológicas de Carl Rogers*. Memorandum: Memória E História Em Psicologia, 40. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2023.39998>
- Zahavi, D. (2014). Você, eu e nós: o compartilhamento de experiências emocionais. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, 3(2), 151-170 <http://dx.doi.org/10.12957/ek.2014.15182>
- Zayed, R. S. (2008). The changing nature of the phenomenological method: Lessons learned from dialogical psychotherapy research [A natureza mutável do método fenomenológico - Lições aprendidas com a pesquisa em psicoterapia dialógica]. *Janus Head*, 10(2), 551-577. [https://www.pdcnet.org/jh/content/jh\\_2008\\_0010\\_0002\\_0551\\_0577](https://www.pdcnet.org/jh/content/jh_2008_0010_0002_0551_0577)
- Zuanazzi, Ana Carolina, Moreira, Thaline da Cunha, Queluz, Francine Náthalie Ferraresi Rodrigues, & Villemor-Amaral, Anna Elisa. (2021). Avaliação do processo psicoterápico: levantamento de técnicas e instrumentos. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(spe), 1-19. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e17196>

---

**Lucia Marques Stenzel** – Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e do PPG em Psicologia e Saúde (UFCSPA) - Coordenadora do Núcleo Aletheia/UFCSPA (Laboratório de Estudos em Terapias Humanistas-Experienciais) e membro do GT da ANPEPP - “Fenomenologia, Saúde e Processos Psicológicos”. - Endereço: Rua Sarmento Leite, 245 sala 207 - Centro Histórico, Porto Alegre - RS, CEP: 90050-170 - E-mail: [lstenzel@ufcspa.edu.br](mailto:lstenzel@ufcspa.edu.br)

---

Recebido em: 23/02/2023

Primeira decisão editorial em: 17/07/2024

Aceito em: 09/09/2024